



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Calds Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2014, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo básico de fornecer melhor qualidade de vida e saúde à população com a preservação dos recursos hídricos. Passados 48 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado, como braço estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao lado da Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, executando políticas públicas de saneamento básico. No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços com 349 localidades na área de jurisdição de 320 municípios, onde atua nos serviços de abastecimento de água. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, em 2014, a Companhia possui a concessão em 278 municípios.

Neste exercício os serviços prestados pela CORSAN foram estendidos a 78.026 novas economias de água e 16.501 novas de esgoto, beneficiando cerca de 201 mil e 44 mil pessoas, respectivamente. Em 2014 o número total de economias atendidas com abastecimento de água foi de 2.587.946, e com esgotamento sanitário, 310.295.

Com o objetivo de gerenciar as atividades operacionais da Companhia, no tocante à gestão dos custos incorridos na prestação dos serviços de saneamento, foi implantado em 2014, um sistema corporativo denominado Sistema de Gestão Estratégica de Custos - SISGEC. A ferramenta de planejamento de curto e longo prazo é um módulo do sistema Análise de Gestão Estratégica - AGE, em ambiente Cognos, integrada com os sistemas corporativos da companhia e com dados gerenciais das áreas correspondentes.

Foram desenvolvidas, durante o ano de 2014, diversas ações de relacionamento com o cliente; 2ª revisão tarifária; lançamento de locação de ativos para o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do município de Erechim; implantação de sistema informatizado ERP GEM (que trouxe diversas melhorias na gestão dos processos de materiais e serviços); trabalho socioambiental e projetos de parcerias com entidades como Famurs, Agergs e Ministério Público Estadual; e ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado, dentro dos programas de melhorias no tratamento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, melhorias e desenvolvimento operacional e desenvolvimento de tecnologia e gestão operacional.

No quadro a seguir é apresentado o demonstrativo financeiro de investimentos realizados em 2014, visualizado pelos programas: em milhares

| Investimento Realizados em 2014 | | | |
|---------------------------------|-------------------|----------------|----------------|
| Programa | Origem do Recurso | | Totais |
| | Próprio | Terceiros | |
| Abastecimento de Água | 48.003 | 46.642 | 94.676 |
| Esgotamento Sanitário | 36.936 | 49.419 | 86.356 |
| Desenvolvimento Comercial | 8.711 | 0 | 8.711 |
| Desenvolvimento Empresarial | 30.324 | 0 | 30.324 |
| Desenvolvimento Operacional | 22.523 | 9.332 | 31.855 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| Totais | 146.529 | 105.394 | 251.924 |

Fonte: AGE e SUCONT

Além disso, foi aprimorada a política de recursos humanos da Companhia. Na área comercial, a Companhia obteve crescimento de 5,33% na comercialização de água potabilizada, registrou consumo médio anual por economia de 10,09 m³ e provisionou R\$ 29,9 milhões para a aquisição de 478.485 hidrômetros, entre outras ações.

No exercício de 2014 o Governo do Estado, através da CORSAN, deu continuidade às obras e projetos financiados iniciados nos exercícios anteriores. Os valores são os que seguem: PAC 1 (em andamento): R\$ 782 milhões; PAC 2 (da 2ª fase à 3ª seleção): R\$ 145 milhões; 4ª seleção do PAC: R\$ 196 milhões (contratados em 2014) e R\$ 20,2 milhões (valor do OGU, a ser confirmado e em fase de contratação). Em 2014, também se deu a contratação de recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas, promovido pela ANA (Agência Nacional de Águas).

Em 2014, a CORSAN obteve diversos prêmios e reconhecimentos, entre eles: 30ª posição entre as 50 maiores estatais por vendas e 40ª entre as 100 maiores empresas da Região Sul do país, conforme a revista Exame; 2ª maior empresa do setor de serviços públicos da Região Sul do país e 14ª maior empresa gaúcha, de acordo com pesquisa da Revista Amanhã; destaque como empresa pública mais lembrada pela eficiência no prêmio Top of Mind, também pela Revista Amanhã; uma das 100 maiores marcas do Estado, conforme o livro -100 Marcas do Rio Grande; Troféu Destaque RS na categoria "Entidades Governamentais", do Prêmio Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa. Essas premiações demonstram o reconhecimento da imagem da empresa junto ao público externo, por meio do trabalho de comunicação desenvolvido pela empresa.

O resumo econômico-financeiro a seguir demonstra os valores relevantes referentes às operações da Companhia, inclusive quanto à expressão do Ativo e do Patrimônio Líquido. Os valores são referentes a 2014, estão expressos em milhares de reais e foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Receita Operacional Líquida: R\$ 2.015.170; Lucro Bruto: R\$ 824.956; Lucro Líquido: R\$ 232.753; e Endividamento Líquido: R\$ 278.715.

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela Excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.
A Administração da CORSAN

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (valores expressos em milhares de reais)

| | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|
| Receitas | 2.184.697 | 2.003.391 |
| Vendas de mercadorias e serviços | 1.958.738 | 1.763.216 |
| Receitas de construção | 192.398 | 214.026 |
| Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição | 3.884 | 25.150 |
| Outras receitas | 29.677 | 999 |
| Insus adquiridos de terceiros | (701.170) | (710.046) |
| Custos dos serviços | (587.793) | (539.266) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (133.249) | (144.847) |
| Outros | 19.872 | (25.933) |
| Valor adicionado bruto | 1.483.527 | 1.293.345 |
| Depreciação e amortização | 77.463 | 82.348 |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 1.406.064 | 1.210.997 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 93.572 | 60.959 |
| Receitas financeiras | 77.037 | 55.338 |
| Doações e subvenções | 16.535 | 5.621 |
| Valor adicionado total a distribuir | 1.499.636 | 1.271.956 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | 808.031 | 711.296 |
| Remuneração | 513.169 | 419.171 |
| FGTS | 25.434 | 23.223 |
| Benefícios | 169.713 | 147.687 |
| Fundo de previdência | 99.715 | 121.215 |
| Impostos, taxas e contribuições | 380.221 | 310.436 |
| Federal | 368.331 | 300.830 |
| Estadual | 9.571 | 7.659 |
| Municipal | 2.319 | 1.947 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 78.631 | 82.773 |
| Despesas financeiras | 54.749 | 59.435 |
| Aluguéis | 23.882 | 23.338 |
| Remuneração de capitais próprios | 232.753 | 167.451 |
| Juros sobre o capital próprio | 52.509 | 49.381 |
| Dividendos propostos | 2.770 | - |
| Lucros retidos | 177.474 | 118.070 |
| Total do valor adicionado distribuído | 1.499.636 | 1.271.956 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | | | |
|---|------|------------------|------------------|
| | Nota | 2014 | 2013 |
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE | | 537.878 | 445.199 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 126.677 | 35.467 |
| Aplicações financeiras | 5 | 41.184 | 23.413 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 244.697 | 227.797 |
| Estoques | 7 | 51.102 | 52.224 |
| Depósitos judiciais | 19 | 58.139 | 79.300 |
| Impostos a recuperar | | 7.905 | 15.833 |
| Outros créditos | 9 | 8.174 | 11.165 |
| NÃO CIRCULANTE | | 3.213.799 | 2.862.248 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 791.183 | 706.523 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 6.786 | 5.761 |
| Depósitos judiciais | 19 | 118.623 | 92.829 |
| Aplicações no caixa único do estado | | 137 | 4 |
| Ativos financeiros - contratos de concessão | 10 | 292.042 | 303.375 |
| Créditos fiscais diferidos | 8 | 363.463 | 294.417 |
| Depósitos em garantia | 15 | 3.312 | 2.990 |
| Outros créditos | 9 | 6.820 | 7.147 |
| INVESTIMENTOS | | 911 | 911 |
| IMOBILIZADO | 11 | 89.275 | 86.625 |
| INTANGÍVEL | 12 | 2.332.430 | 2.068.189 |
| TOTAL ATIVO | | 3.751.677 | 3.307.447 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Nota | 2014 | 2013 |
|---|------|------------------|------------------|
| PASSIVO | | | |
| CIRCULANTE | | 593.000 | 568.541 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 41.985 | 47.075 |
| Debêntures | 15 | 8.564 | 426 |
| Fornecedores | 16 | 101.988 | 120.549 |
| Impostos e contribuições | | 52.648 | 38.434 |
| Dívidas com Fundação CORSAN | 22.b | 23.946 | 21.647 |
| Ordenados, férias e encargos a pagar | | 58.439 | 52.344 |
| Provisões para riscos trabalhistas | 19 | 171.400 | 163.968 |
| Participação nos resultados | | 33.734 | 26.847 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 22a | 83.668 | 78.384 |
| Outras contas a pagar | 17 | 16.628 | 18.867 |
| NÃO CIRCULANTE | | 1.858.599 | 1.601.076 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 351.003 | 293.612 |
| Debêntures | 15 | 45.024 | 36.695 |
| Fornecedores | 16 | - | 2.530 |
| Dívidas com Fundação CORSAN | 22.b | 139.935 | 118.475 |
| Contratos de repasse | 18 | 8.295 | 4.315 |
| Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas | 19 | 163.284 | 128.487 |
| Provisão para benefício pós-emprego | 20 | 1.136.463 | 1.004.665 |
| Débitos fiscais diferidos | 8 | 14.595 | 12.297 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.198.281 | 1.076.086 |
| Capital social | | 657.351 | 657.351 |
| Reservas de capital | | 17.148 | 17.148 |
| Reservas de lucros | | 756.260 | 569.605 |
| Outros resultados abrangentes | | (232.478) | (168.018) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 101.797 | 61.744 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | 21 | 1.300.078 | 1.137.830 |
| TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 3.751.677 | 3.307.447 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Calds Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

| | Nota | 2014 | 2013 |
|---|------|----------------|----------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS | 23 | 2.015.170 | 1.812.215 |
| Custos das vendas, serviços e de construção | 24 | (1.190.214) | (1.126.819) |
| LUCRO BRUTO | | 824.956 | 685.396 |
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | | (527.934) | (458.635) |
| Despesas comerciais | 24 | (68.933) | (53.097) |
| Despesas administrativas | 24 | (457.416) | (401.958) |
| Outras receitas operacionais | | 16.536 | 6.749 |
| Outras despesas operacionais | | (18.121) | (10.329) |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 297.022 | 226.761 |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | 25 | 22.399 | (4.097) |
| Receitas financeiras | | 77.037 | 55.338 |
| Despesas financeiras | | (54.638) | (59.435) |
| LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA | | 319.421 | 222.664 |
| Corrente | 8.a | (127.237) | (95.840) |
| Contribuição social | | (35.139) | (26.885) |
| Imposto de renda | | (92.098) | (68.955) |
| Diferido | 8.a | 40.569 | 40.627 |
| Contribuição social diferida | | 10.945 | 10.994 |
| Imposto de renda diferido | | 29.624 | 29.633 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 232.753 | 167.451 |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO | | 0,43798 | 0,31510 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | 2014 | 2013 |
|--|------|----------------|----------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 232.753 | 167.451 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - |
| Ganho(perda) atuarial - FUNCORSAN | 20 | (83.757) | 605.716 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 28.477 | (205.943) |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | | 177.473 | 567.224 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (valores expressos em milhares de reais)

| | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 319.421 | 222.664 |
| Ajustes para reconciliação: | | |
| Depreciação e amortização | 77.463 | 82.348 |
| Baixa de imobilizado e intangível | 1.831 | 129 |
| Provisão para devedores duvidosos | (3.884) | (25.150) |
| Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 34.040 | 29.807 |
| Provisão para benefício pós-emprego | 48.042 | 82.399 |
| Juros e variações monetárias | 51.642 | 54.549 |
| Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros | (21.201) | (8.074) |
| Ajuste a valor presente sobre clientes | (111) | (1.704) |
| Margem na construção de obras - contratos de concessão | (7.029) | (8.242) |
| Provisão para tributos diferidos (PIS/PASEP) | 2.276 | 2.702 |
| Lucro líquido ajustado | 502.490 | 431.428 |
| Varições nos ativos e passivos | | |
| Varições nos ativos: | | |
| (Aumento) redução de contas a receber de clientes | (13.930) | 12.282 |
| (Aumento) de estoques | (7.733) | (11.145) |
| (Aumento) de depósitos judiciais | (5.389) | (30.340) |
| (Aumento) redução de rendimentos SIAC | (134) | 454 |
| (Aumento) de depósitos em garantia | (322) | (237) |
| Redução de outros créditos | 12.284 | 63.383 |
| Varições nos passivos: | | |
| (Redução) aumento de fornecedores | (21.861) | 20.839 |
| Aumento (redução) de impostos e contribuições | 14.214 | (57.273) |
| (Redução) de impostos e contribuições - parcelamentos | - | (387) |
| Aumento (redução) de dívidas com Fundação CORSAN | 8.744 | (25.339) |
| Aumento de férias e encargos a pagar | 4.981 | 4.579 |
| Aumento de participação nos resultados | 6.886 | 1.526 |
| (Redução) aumento de outros débitos | (1.125) | 8.923 |
| (Redução) imposto de renda e contribuição social | (127.237) | (95.840) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | 371.868 | 322.853 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento: | | |
| Aplicações financeiras | (17.771) | 1.673 |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | (17.632) | (17.272) |
| Custos de construção - contratos de concessão | (185.369) | (205.785) |
| Outras aquisições intangível | (89.305) | (20.671) |
| Caixa líquido das atividades de investimento | (310.077) | (242.055) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento: | | |
| Empréstimos e financiamentos - captação | 89.478 | 24.466 |
| Empréstimos e financiamentos - pagamento | (67.684) | (109.036) |
| Contratos de repasse | 3.980 | 1.067 |
| Debêntures - captação | 17.286 | 17.253 |
| Debêntures - pagamento | (3.699) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 40.053 | 27.660 |
| Dividendos/Juros sobre o capital próprio - pagamento | (49.995) | (33.909) |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | 29.419 | (72.499) |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 91.210 | 8.299 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 126.677 | 35.467 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 35.467 | 27.168 |
| Varição de caixa e equivalentes de caixa | 91.210 | 8.299 |
| | 2014 | 2013 |
| Itens que não afetam caixa (Nota 2.1) | | |
| Transferências entre ativo financeiro e intangível | 23.490 | 123.517 |
| Juros capitalizados | 18.023 | 12.094 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Valores expressos em milhares de Reais

| Nota | Reservas de capital | | | Reservas de lucros | | | | Outros resultados abrangentes | Lucros/prejuízos acumulados | Total patrimônio líquido | Adiantamento para futuro aumento de capital | Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital |
|---|---------------------|---------------------|---|--------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------------------|---|--|
| | Capital social | Auxílios para obras | Doações e subvenções para investimentos | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva de retenção de lucros | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | - | 657.351 | 9.262 | 7.886 | 49.164 | 110 | 401.040 | (566.570) | - | 558.243 | 34.084 | 592.327 |
| Integralização de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 27.660 | 27.660 |
| Realização da reserva de reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | (1.221) | 1.221 | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 167.451 | 167.451 | - | 167.451 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | 399.773 | - | 399.773 | - | 399.773 |
| Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | (49.381) | (49.381) | - | (49.381) |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | 8.372 | 104 | 110.815 | - | (119.291) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | - | 657.351 | 9.262 | 7.886 | 57.536 | 214 | 511.855 | (168.018) | - | 1.076.086 | 61.744 | 1.137.830 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 21.f | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 40.053 | 40.053 |
| Realização da reserva de reavaliação | 21.c | - | - | - | - | - | - | (9.180) | 9.180 | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 232.753 | 232.753 | - | 232.753 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | (55.280) | - | (55.280) | - | (55.280) |
| Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | 21.d | - | - | - | - | - | - | - | (52.508) | (52.508) | - | (52.508) |
| Dividendos | 21.d | - | - | - | - | - | - | - | (2.770) | (2.770) | - | (2.770) |
| Constituição de reservas | 21.e | - | - | - | 11.638 | 1.011 | 174.006 | - | (186.655) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | | 657.351 | 9.262 | 7.886 | 69.174 | 1.225 | 685.861 | (232.478) | - | 1.198.281 | 101.797 | 1.300.078 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da

eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Atua em 314 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 278 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 2474 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2014, há 21 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 28 de abril de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.3) Ativos financeiros - contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.5) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável. Provisão para perdas é registrada com base na expectativa de perda por avarias ou obsolescência.

2.6) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.7) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

| | |
|----------------------|---------|
| • Edifícios | 25 anos |
| • Máquinas | 10 anos |
| • Veículos | 5 anos |
| • Demais bens móveis | 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.8) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

| | Vida útil do intangível | Prazo médio de concessão |
|--------------------|-------------------------|--------------------------|
| Sistemas de água | 60 anos | 25 anos |
| Sistemas de esgoto | 60 anos | 25 anos |
| Bens de uso geral | 10 anos | 25 anos |

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica onde os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.9) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com Fundação CORSAN.

A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria a valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.10) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais eram reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Desde 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33 e IAS 19 (R1) - Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.12) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | Alíquotas |
|--|-----------|
| COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | 7,60% |
| PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público | 1,65% |
| ISS - Imposto sobre Serviços | 2% a 5% |

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (3,79% em 2014 e 4% em 2013).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subseqüentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputa o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios calculados na forma da lei.

2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma complementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2014 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.18) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e conseqüentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.19) Programa de participação nos resultados - PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.20) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.21) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de caixa da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável suficiente para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS AINDA NÃO EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados durante 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia sobre os impactos destas novas normas e interpretações:

Emenda à IFRS 11 - Contabilização de Aquisições de Interesses em Operações em Conjunto

Em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da IFRS 11 que fornece orientação sobre a contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto em que a atividade é um negócio. Uma entidade aplicará esta emenda prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida. As alterações desta norma impactarão as Demonstrações Financeiras da Companhia somente quando e se ocorrer uma aquisição de um interesse em operação em conjunto em que a atividade é um negócio.

Emendas à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

Em maio de 2014, o IASB emitiu revisões da IAS 16 e IAS 38 que esclarecem os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Uma entidade aplicará esta emenda prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia entende que as alterações das normas não impactarão as suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu a nova norma IFRS 15 que estabelece princípios para relatar informação útil para os usuários das demonstrações financeiras sobre a natureza, a quantidade, a tempestividade e a incerteza de receita e fluxos de caixa decorrentes de contratos de uma entidade com clientes. Uma entidade aplicará esta emenda prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Demonstrações Financeiras.

Emendas à IAS 16 e IAS 41 - Agriculture: Bearer Plants

Em junho de 2014, o IASB emitiu revisões da IAS 16 e IAS 41 para incluir "bearer plants" dentro do escopo da IAS 16 e não da IAS 41. Uma entidade aplicará estas emendas prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia entende que as alterações das normas não impactarão as suas Demonstrações Financeiras.

Melhorias Anuais às Normas IFRS Ciclo 2012-2014

O IASB utiliza o processo de Melhorias Anuais para fazer alterações necessárias, mas não urgentes às normas IFRS sempre que essas alterações não integrem qualquer outro projeto. Ao apresentar as alterações na forma de um único documento em vez de uma série de mudanças em separado, o IASB tem por objetivo facilitar o ãus das alterações para todos os envolvidos.

As Melhorias Anuais às Normas Ciclo 2012-2014 traz uma série de alterações às normas IFRS em resposta a questões levantadas durante o ciclo 2012-2014 referentes a melhorias anuais. Essas alterações são o resultado de propostas contidas no Exposure Draft (ED) Proposed amendments to IFRS, Annual Improvements to IFRSs 2012-2014 Cycle, publicado em dezembro de 2013. A data de vigência das alterações é 1º de janeiro de 2016.

Alteração às Normas IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de ativos entre uma investidora e sua coligada ou empresa controlada em conjunto (joint venture).

As alterações abordam uma inconsistência reconhecida entre as exigências contidas na IFRS 10 e as exigências contidas na IAS 28 (2011), ao tratar da venda ou contribuição de ativos entre uma investidora e sua coligada ou empresa controlada em conjunto (joint venture).

As principais conseqüências das alterações é que um ganho ou perda integral é reconhecido(a) quando a transação envolve um negócio (seja ele mantido em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido(a) quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio, mesmo que esses ativos sejam mantidos em uma controlada. As alterações entrarão em vigor para exercícios anuais a partir de 1º de janeiro de 2016. A Companhia entende que as alterações das normas não impactarão as suas Demonstrações Financeiras.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Calds Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração à Norma IAS 27 - Método patrimonial em demonstrações financeiras separadas.

O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou alterações à norma IAS 27 que tratam da aplicação do Método Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas - Equity Method in Separate Financial Statements (Amendments to IAS 27). As alterações à norma IAS 27 permitirá que as entidades utilizem o método patrimonial para contabilizar investimentos em controladas, empresas controladas em conjunto (joint ventures) e afiliadas em suas demonstrações financeiras separadas. As alterações contribuirão para que algumas jurisdições passem a adotar as normas IFRS para demonstrações financeiras separadas, reduzindo os custos de conformidade sem reduzir as informações disponíveis aos investidores. A data de vigência das alterações é 1º de janeiro de 2016. A Companhia entende que as alterações das normas não impactarão as suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) concluiu o elemento final de sua resposta abrangente à crise financeira emitindo a norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Instrumentos Financeiros). O pacote de melhorias introduzidas pela IFRS 9 inclui um modelo lógico para classificação e mensuração, um modelo único para determinação de perda esperada no valor recuperável (impairment) de ativos financeiros com enfoque prospectivo e uma abordagem substancialmente renovada para contabilização de operações de hedge (hedge accounting). A nova Norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia entende que as alterações das normas não impactarão as suas Demonstrações Financeiras. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------------------------|----------------|---------------|
| Caixa | 1 | - |
| Depósitos bancários | 65.365 | 35.304 |
| Aplicação de liquidez imediata | 61.311 | 163 |
| | <u>126.677</u> | <u>35.467</u> |

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras totalizam R\$41.184 em 31 de dezembro/junho/março de 2014 (R\$23.413 em 31 de dezembro de 2013) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2013) do CDI, com liquidez diária.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|----------------|----------------|
| Contas a receber vincendas | | |
| Particular | 128.711 | 116.579 |
| Pública | 8.155 | 6.696 |
| Contas a receber vencidas | | |
| Particular | 59.477 | 57.784 |
| Pública | 7.164 | 15.074 |
| Receitas a faturar | 54.768 | 48.101 |
| Total de contas a receber | 258.275 | 244.234 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (6.792) | (10.676) |
| | <u>251.483</u> | <u>233.558</u> |
| Circulante | 244.697 | 227.797 |
| Não circulante | 6.786 | 5.761 |

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

| | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
|--------------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | Particular | Pública | Particular | Pública |
| A vencer | 128.711 | 8.155 | 116.579 | 6.696 |
| Créditos vencidos - 01 a 30 dias | 36.712 | 4.418 | 32.460 | 4.009 |
| Créditos vencidos - 31 a 90 dias | 13.299 | 1.331 | 12.378 | 3.887 |
| Créditos vencidos - 91 a 180 dias | 3.833 | 256 | 4.742 | 3.530 |
| Créditos vencidos - 181 a 360 dias | 2.968 | 549 | 1.978 | 735 |
| Créditos vencidos - mais de 360 dias | 2.665 | 610 | 6.226 | 2.913 |
| | <u>188.188</u> | <u>15.319</u> | <u>174.363</u> | <u>21.770</u> |

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.13).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------|----------------|-----------------|
| Saldo no início do exercício | (10.676) | (35.826) |
| Adições | (25.578) | (549) |
| Reversões/realização de perda | 29.462 | 25.699 |
| Saldo no final do exercício | <u>(6.792)</u> | <u>(10.676)</u> |

7. ESTOQUES

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Tubulações de água e esgoto | 17.241 | 16.923 |
| Materiais de tratamento/laboratório | 20.095 | 22.263 |
| Materiais diversos | 13.766 | 13.038 |
| | <u>51.102</u> | <u>52.224</u> |

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------|------------|
| Classificados no Ativo não Circulante | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 363.463 | 294.417 |
| Classificados no Passivo não Circulante | | |
| Pasep e Cofins diferidos | 14.595 | 12.297 |

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32 vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias: | | |
| Passivo atuarial | 1.136.463 | 1.004.665 |
| Provisão para contribuição adicional a Fundação CORSAN | 32.480 | 3.792 |
| Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas | 334.684 | 292.455 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6.792 | 10.676 |
| Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo | 53.205 | 46.722 |
| Provisões para perdas - outras | 19.710 | 19.710 |
| Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa | 41.011 | 37.866 |
| Reserva de reavaliação | (71.257) | (79.512) |
| Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão | (326.989) | (277.843) |
| Encargos financeiros capitalizados | (167.403) | (180.141) |
| Varição cambial tributada por regime de caixa | (18.451) | (29.536) |
| Outras provisões e diferenças temporárias | 28.764 | 17.077 |
| Total das diferenças temporárias | <u>1.069.009</u> | <u>865.931</u> |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |
| Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos | <u>363.463</u> | <u>294.417</u> |

Conciliação alíquota efetiva

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|-----------------|-----------------|
| Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) | 319.421 | 222.664 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |
| Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente | (108.603) | (75.706) |
| Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes: | | |
| Juros sobre capital próprio | 17.853 | 16.790 |
| Incentivos fiscais | 4.751 | 4.844 |
| Provisão causas fiscais | - | 20.000 |
| Denúncia espontânea | - | (4.691) |
| Tributos Diferidos sobre Parcelamento Fundação Corsan | - | (15.437) |
| Outras diferenças permanentes | (669) | (1.013) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | <u>(86.668)</u> | <u>(55.213)</u> |
| Corrente | (127.237) | (95.840) |
| Diferido | 40.569 | 40.627 |
| Alíquota efetiva | 27% | 25% |

b) COFINS e PASEP Diferidos

| | 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | |
|-----------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | COFINS | PASEP | Total | COFINS | PASEP | Total |
| RTT | 11.991 | 2.604 | 14.595 | 10.103 | 2.194 | 12.297 |
| Total COFINS e PASEP | <u>11.991</u> | <u>2.604</u> | <u>14.595</u> | <u>10.103</u> | <u>2.194</u> | <u>12.297</u> |
| Valor passivo | (12.204) | (2.650) | (14.854) | (10.334) | (2.244) | (12.578) |
| Valor ativo | 213 | 46 | 259 | 231 | 50 | 281 |

c) MP 627 e IN RFB 1.397

A conversão em Lei 12.973/2014 em 13 de maio de 2014, da então Medida Provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014, na entrega da DCTF referente ao mês de agosto/2014 com prazo de entrega em 07/11/2014, podendo ser alterada, se assim a empresa desejar, na DCTF relativa ao mês de dezembro/2014, com prazo de entrega em fevereiro/2015. A Companhia optou por aderir no exercício de 2015.

9. OUTROS CRÉDITOS

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| Créditos com prefeituras municipais | 3.809 | 4.287 |
| Adiantamento de férias | 3.326 | 5.377 |
| Indenizações judiciais a receber | 3.584 | 3.575 |
| Por serviços ou obras prestados a terceiros | 1.548 | 2.036 |
| Valores a compensar | 1.929 | 1.916 |
| Créditos diversos | 798 | 1.121 |
| | <u>14.994</u> | <u>18.312</u> |
| Circulante | 8.174 | 11.165 |
| Não circulante | 6.820 | 7.147 |

10. ATIVOS FINANCEIROS - CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, R\$292.042 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$303.375 em 31 de dezembro de 2013). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Ativos financeiros | 695.291 | 694.370 |
| (-) Ajuste a valor presente | (403.249) | (390.995) |
| | <u>292.042</u> | <u>303.375</u> |

Movimentação do ativo financeiro:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | 303.375 | 411.681 |
| Constituição/realização de AVP | (12.254) | 8.074 |
| Adições | 24.467 | 7.474 |
| Transferências Líquidas | (23.490) | (123.517) |
| Bens em comodato | (56) | (337) |
| Saldo no final do exercício | <u>292.042</u> | <u>303.375</u> |

Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$31.696 (R\$31.696 em 31 de dezembro de 2013) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$24.167 (R\$22.547 em 31 de dezembro de 2013) e foi reclassificado para o ativo financeiro em 2011.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Calds Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMOBILIZADO

| Custo | | | | | Total do imobilizado |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--|----------------------|
| | Sistemas de Esgoto | Bens de uso geral | Obras em andamento | | |
| Saldos em 31/12/2013 | 22.185 | 288.372 | 47 | | 310.604 |
| Adições | 17 | 17.615 | - | | 17.632 |
| Baixas | - | (5.122) | - | | (5.122) |
| Transferências | (74) | (1.160) | - | | (1.234) |
| Saldos em 31/12/2014 | 22.128 | 299.705 | 47 | | 321.880 |
| Depreciação | | | | | |
| Saldos em 31/12/2013 | (16.176) | (207.803) | - | | (223.979) |
| Depreciações | (1.028) | (11.224) | - | | (12.252) |
| Baixas | - | 3.626 | - | | 3.626 |
| Saldos em 31/12/2014 | (17.204) | (215.401) | - | | (232.605) |
| Saldos líquidos em 31/12/2013 | 6.009 | 80.569 | 47 | | 86.625 |
| Saldos líquidos em 31/12/2014 | 4.924 | 84.304 | 47 | | 89.275 |

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$9.677 (R\$9.064 em 31 de dezembro de 2013), R\$ 1.070 (R\$1.165 em 31 de dezembro de 2013) como despesa comercial e R\$1.505 (R\$1.556 em 31 de dezembro de 2013) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

12. ATIVO INTANGÍVEL

| Custo | | | | | | Total do intangível |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--|---------------------|
| | Sistema de abastecimento de água | Sistemas de esgoto | Bens de uso geral | Obras em andamento | | |
| Saldos em 31/12/2013 | 673.078 | 391.755 | 108.300 | 1.083.146 | | 2.256.279 |
| Adições | 20.525 | 9.392 | 19.460 | 243.320 | | 292.697 |
| Baixas | - | - | (187) | (265) | | (452) |
| Transferências | 38.935 | 8.322 | 3.680 | (13.847) | | 37.090 |
| Saldos em 31/12/2014 | 732.538 | 409.469 | 131.253 | 1.312.354 | | 2.585.614 |
| Amortização | | | | | | |
| Saldos em 31/12/2013 | (116.436) | (50.317) | (21.337) | - | | (188.090) |
| Amortizações | (38.350) | (18.244) | (8.617) | - | | (65.211) |
| Baixas | - | - | 117 | - | | 117 |
| Saldos em 31/12/2014 | (154.786) | (68.561) | (29.837) | - | | (253.184) |
| Saldos líquidos em 31/12/2013 | 556.642 | 341.438 | 86.963 | 1.083.146 | | 2.068.189 |
| Saldos líquidos em 31/12/2014 | 577.752 | 340.908 | 101.416 | 1.312.354 | | 2.332.430 |

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$65.211 (R\$70.563 em 31 de dezembro de 2013).

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos tem vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$18.023 (R\$12.094 em 31 de dezembro de 2013). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 7,3% a.a.

13. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Instituição | Indexador | Taxa de Juro anual | Último vencimento | Circulante | | Não circulante | |
|--------------------------------------|-----------|--------------------|-------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Banco do Brasil | TR | 7,44% | 31/03/14 | - | 11.041 | - | - |
| Banco Nacional de Desenvolvimento | TJLP | 2,61% | 15/04/23 | 20.801 | 14.581 | 172.801 | 118.590 |
| BID - Projeto "Pró-Guaíba" | US DÓLAR | 4,16% | 26/07/20 | 10.838 | 9.700 | 48.458 | 51.284 |
| Caixa Econômica Federal | | | | 6.848 | 9.206 | 105.884 | 98.972 |
| Caixa Econômica Federal | UPR | 6,08% | 17/02/30 | 4.863 | 4.768 | 104.966 | 96.751 |
| Secretaria do Tesouro Nacional | UPR | 8,27% | 28/12/15 | 1.985 | 4.438 | 918 | 2.221 |
| PIMES-Progr. Integr. Melhoria Social | TR | 11,00% | 20/02/16 | 240 | 239 | 40 | 277 |
| Prefeitura Municipal de Encantado | UPR | 6,00% | 06/05/30 | 144 | 145 | 938 | 971 |
| Prefeitura Municipal de Osório | UPR | 6,00% | 04/08/30 | 2.753 | 1.851 | 19.619 | 20.021 |
| Prefeitura Municipal de Torres | UPR | 6,00% | 05/04/28 | 361 | 312 | 3.263 | 3.497 |
| | | | | 41.985 | 47.075 | 351.003 | 293.612 |

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Os contratos da Companhia não têm cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

| Ano | Valor |
|-----------|----------------|
| 2016 | 39.626 |
| 2017 | 38.668 |
| 2018 | 38.619 |
| 2019 | 38.561 |
| 2020 | 33.163 |
| Após 2020 | 162.366 |
| | 351.003 |

15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 31 de dezembro de 2014 os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

| | Indexador | Taxa de juros Anual | Circulante | | Não circulante | |
|------------|-----------|---------------------|--------------|------------|----------------|---------------|
| | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| 1ª Emissão | TJLP | 1,92% | 2.125 | 45 | 11.745 | 16.102 |
| 2ª Emissão | IPCA | 1,92% | 3.546 | 381 | 18.834 | 20.593 |
| 3ª Emissão | TJLP | 1,92% | 2.893 | - | 14.445 | - |
| | | | 8.564 | 426 | 45.024 | 36.695 |

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.312 (R\$2.990 em 31 de dezembro de 2013). A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

| Índices | Metas |
|--|-------------------------|
| Endividamento Líquido Total/EBTIDA | Igual ou inferior a 2,1 |
| Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total | Igual ou superior a 1,9 |
| Investimentos/Receita Líquida | Igual ou inferior a 26% |

Em 31 de dezembro de 2014 os índices estavam integralmente atendidos.

16. FORNECEDORES

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Fornecedores de materiais e serviços | 99.219 | 116.166 |
| Parcelamento - Fundação (nota 22.b.2) | 2.769 | 6.913 |
| | 101.988 | 123.079 |
| Circulante | 101.988 | 120.549 |
| Não circulante | - | 2.530 |

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Consignações a recolher | 4.725 | 4.399 |
| Depósitos e retenções contratuais | 5.031 | 5.488 |
| Custo regulação AGERGS* | - | 495 |
| Convênio Sesi | 278 | 823 |
| Outras contas a pagar | 6.594 | 7.662 |
| | 16.628 | 18.867 |

* Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos

18. CONTRATO DE REPASSE

a) Orçamento Geral do Estado - OGE

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado - OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, e a CORSAN, que têm por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.315 em 31 de dezembro de 2014 (R\$4.315 em 31 de dezembro de 2013). Historicamente estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

b) Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

Foi assinado termo de compromisso entre a Fundação Nacional da Saúde - FUNASA e o Estado do Rio Grande do Sul, que têm por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água nos municípios de Capivari, Soledade e Viadutos. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$3.980 em 31 de dezembro de 2014.

19. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cívicos e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, conforme a expectativa de desdobro, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cívicos e trabalhistas é composta como segue:

| | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Trabalhista | Cível e fiscal | Trabalhista | Cível e fiscal |
| Saldo inicial | 198.881 | 93.574 | 180.150 | 76.997 |
| Adições | 138.238 | 31.331 | 108.109 | 72.154 |
| Saques/Reversões | (94.883) | (40.647) | (93.749) | (56.706) |
| Despesa financeira | 6.207 | 1.983 | 4.371 | 1.129 |
| Saldo final | 248.443 | 86.241 | 198.881 | 93.574 |
| Total | | 334.684 | | 292.455 |
| Circulante | | 171.400 | | 163.968 |
| Não circulante | | 163.284 | | 128.487 |

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 172.129 | 142.276 |
| Adições | 138.090 | 169.368 |
| Saques/Reversões | (133.457) | (139.515) |
| Saldo final | 176.762 | 172.129 |
| Circulante | 58.139 | 79.300 |
| Não circulante | 118.623 | 92.829 |

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2014, R\$56.924 (R\$53.190 em 31 de dezembro 2013).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.124 ações. Em 31 de dezembro de 2014 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$191.519 (R\$145.669 em 31 de dezembro de 2013).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$98.758 em 31 de dezembro de 2014 (R\$67.498 em 31 de dezembro de 2013).

Ações cívicas e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda no montante de R\$4.668 (R\$ 4.468 em 31 de dezembro de 2013).

b) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 1.980 ações para as quais está provisionada em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$76.656 (R\$71.676 em 31 de dezembro de 2013).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Calds Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$4.918 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 4.648 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$168.641 em 31 de dezembro de 2014 (R\$110.683 em 31 de dezembro de 2013).

20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

| | 2014 | 2013 |
|---|------------------|------------------|
| Plano de benefício definido | 469.805 | 495.186 |
| Sistema de assistência IPE-SAÚDE | 71.445 | 76.502 |
| Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP" | 595.213 | 432.977 |
| | 1.136.463 | 1.004.665 |
| Contribuição esperada para a patrocinadora | 2015 | 2014 |
| Plano de benefício definido | 48.763 | 48.739 |
| Sistema de assistência IPE-SAÚDE | 3.872 | 3.837 |
| Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP" | 34.408 | 34.708 |
| | 87.043 | 87.284 |

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuições para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN). De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual. Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC). Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo):

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|-------------|------------|
| (1) Obrigações atuariais | 1.674.343 | 1.518.737 |
| (2) Valor justo dos ativos do plano | (1.040.657) | (883.429) |
| (3) Passivo/ (ativo) atuarial líquido total reconhecido (1+2) | 633.686 | 635.308 |
| (4) Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 22.b) | (163.881) | (140.122) |
| (5) Passivo atuarial provisionado (3+4) | 469.805 | 495.186 |

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora FUNCORSAN no valor de R\$163.881 em 31 de dezembro de 2014 (R\$140.122 em 31 de dezembro de 2013). A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2014 e 2013 foi a seguinte:

| | 2014 | 2013 |
|--|----------|-----------|
| (1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano | 635.308 | 1.039.268 |
| (2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 112.059 | 99.359 |
| (3) Contribuições do empregador vertidas no ano | (73.410) | (60.725) |
| (4) Outros resultados abrangentes | (40.271) | (442.584) |
| (5) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3+4) | 633.686 | 635.308 |

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2014, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2015 são explicadas no quadro a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------|----------|
| (1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial | 25.010 | 25.654 |
| (2) Contribuições esperadas de participantes | (51.601) | (51.581) |
| (3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 204.979 | 200.460 |
| (4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano | (130.464) | (72.708) |
| (5) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | 47.924 | 101.825 |

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

| | 2014 | 2013 |
|---|-----------|-----------|
| Valor das obrigações atuariais no início do ano | 1.518.737 | 1.930.593 |
| Custo do serviço corrente bruto | 25.654 | 37.230 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 200.460 | 152.979 |
| Benefícios pagos no ano | (92.250) | (99.359) |
| (Ganhos)/perdas atuariais | 21.742 | (502.706) |
| Valor das obrigações atuariais no final do ano | 1.674.343 | 1.518.737 |

Evolução do valor justo dos ativos

| | 2014 | 2013 |
|---|-----------|----------|
| Valor justo dos ativos no início do ano | 883.429 | 891.324 |
| Benefícios pagos durante o exercício | (92.250) | (99.359) |
| Contribuições de participantes vertidas durante o exercício | 41.347 | 32.754 |
| Contribuições de empregador vertidas durante o exercício | 73.410 | 60.725 |
| Rendimento esperado dos ativos no ano | 72.707 | 82.701 |
| Ganhos/perdas atuariais | 62.014 | (84.716) |
| Valor justo dos ativos no fim do ano | 1.040.657 | 883.429 |

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS. A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN. Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| (1) Obrigações atuariais | 71.445 | 76.502 |
| (2) Valor justo dos ativos do plano | - | - |
| (3) Passivo atuarial provisionado | 71.445 | 76.502 |

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2014 e 2013 foi a seguinte:

| | 2014 | 2013 |
|--|----------|----------|
| (1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano | 76.502 | 102.321 |
| (2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 12.615 | 10.018 |
| (3) Contribuições do empregador vertidas no ano | (2.722) | (2.416) |
| (4) Outros resultados abrangentes | (14.950) | (33.421) |
| (5) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3+4) | 71.445 | 76.502 |

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2014, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2015, são explicadas no quadro a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------|--------|
| (1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial | 2.077 | 2.023 |
| (2) Contribuições esperadas de participantes | - | - |
| (3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 9.184 | 10.592 |
| (4) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | 11.261 | 12.615 |

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

| | 2014 | 2013 |
|---|----------|----------|
| Valor das obrigações atuariais no início do ano | 76.502 | 102.321 |
| Custo do serviço corrente bruto | 2.023 | 2.193 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 10.592 | 7.405 |
| Benefícios pagos no ano | (2.722) | (2.416) |
| (Ganhos)/perdas atuariais | (14.950) | (33.001) |
| Valor das obrigações atuariais no final do ano | 71.445 | 76.502 |

c) Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"

A CORSAN assegura um benefício de Suplementação provisória de proventos aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo

Coletivo Intersindical 2014 - 2015.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) Indenização de pagamento único

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2015;
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Possuir mais de 10 anos de vínculo empregatício com a CORSAN no período anterior a 01 de maio de 2014;
- O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 249.472,77, conforme segue:
- 54 anos: 21 remunerações base;
- 55/56 anos: 19 remunerações base;
- 57/58 anos: 17 remunerações base;
- 59/60 anos: 10 remunerações base;
- 61 anos ou mais: 5 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
- Estar desligado da CORSAN.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|------------|------------|
| (1) Obrigações atuariais | 595.213 | 432.977 |
| (2) Valor justo dos ativos do plano | - | - |
| (3) Passivo/(ativo) atuarial provisionado | 595.213 | 432.977 |

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2014 e 2013 foi a seguinte:

| | 2014 | 2013 |
|--|-----------|-----------|
| (1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano | 432.977 | 537.250 |
| (2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano | 72.022 | 74.167 |
| (3) Contribuições do empregador vertidas no ano | (48.763) | (48.739) |
| (4) Outros resultados abrangentes | (138.977) | (129.701) |
| (5) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3+4) | 595.213 | 432.977 |

A origem da despesa reconhecida durante o exercício de 2014, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2015, são explicadas no quadro a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------|--------|
| (1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial | 15.899 | 16.220 |
| (2) Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 72.099 | 55.802 |
| (3) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador | 87.998 | 72.022 |

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

| | 2014 | 2013 |
|---|----------|----------|
| Valor das obrigações atuariais no início do ano | 432.977 | 537.250 |
| Custo do serviço corrente bruto | 16.220 | 27.713 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 55.802 | 14.963 |
| Benefícios pagos no ano | (48.763) | (48.739) |
| (Ganhos)/perdas atuariais | 138.977 | (98.210) |
| Valor das obrigações atuariais no final do ano | 595.213 | 432.977 |

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

| | 2014 | 2013 |
|---|---------------------------------------|---|
| Econômicas e financeiras | | |
| Taxa de desconto atuarial – real | 6,12% a.a. | 6,50% a.a. |
| Taxa de desconto atuarial – nominal | 12,61% a.a. | 13,63% a.a. |
| Taxa de retorno esperado dos ativos – real | 6,12% a.a. | 6,5% a.a. |
| Taxa de retorno esperado dos ativos – nominal | 12,61% a.a. | 13,63% a.a. |
| Taxa de crescimento salarial – nominal | 2,00% a.a. | 2,00% a.a. |
| Taxa de crescimento dos benefícios – nominal | Não considerado | Não considerado |
| Inflação projetada | 6,12% a.a. | 5,83% a.a. |
| Fator de capacidade | 98,00% | 98,00% |
| Reajuste salários OUT – DEZ | 1,53% | - |
| Reajuste benefícios MAI – DEZ | 3,23% | - |
| Demográficas | | |
| Tábua de mortalidade geral | AT 83 male | AT 83 male |
| Tábua de mortalidade de inválidos | WINKLEVOSS | WINKLEVOSS |
| Tábua de entrada em invalidez | Light Média | Light Média |
| Tábua de rotatividade | Não aplicado | Não aplicado |
| Entrada em aposentadoria | 100% de elegibilidade | 100% na elegibilidade |
| Composição familiar | Benefícios a conceder: Família Padrão | Benefícios a conceder: Família Real Informada |
| | Benefícios concedidos: Família Padrão | Benefícios concedidos: Família Real Informada |

O retorno real sobre os ativos do plano em 2014 foi de R\$ 134.721 (R\$2.015 em 2013).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

| | Alocação dos ativos até 31 de dezembro em % | | Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 percentagem ou faixa de percentagem |
|---------------------|---|--------|---|
| | 2014 | 2013 | |
| Renda fixa | 81,81% | 79,59% | 100% |
| Renda variável | 7,66% | 9,23% | 70% |
| Carteira de imóveis | 6,92% | 6,86% | 8% |
| Empréstimos | 3,40% | 3,99% | 15% |
| Outros | 0,21% | 0,33% | 20% |
| Total | 100% | 100% | |

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro a 30 de abril, onde 764 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, 741 funcionários já haviam se desligado da Companhia. No exercício a despesa com desligamento foi de R\$48.763 (R\$48.739 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013). A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPÉ SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$71.801. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base.

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Funcorsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. Sendo gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Funcorsan.

Política de investimentos

A Funcorsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Calds Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:
• Contribuição de participantes ativos e assistidos;
• Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
• Receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A Fundacion delega à Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho deliberativo, e deverão estar expressamente previstos no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2014 as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Companhia é de R\$657.351, estando assim representado:

| | Ações Ordinárias | | Ações preferenciais | | Capital total(%) | Capital votante (%) | Ações preferenciais (%) |
|--|--------------------|--------------------|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-------------------------|
| | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor | | | |
| Estado do Rio Grande do Sul | 265.709.454 | 265.709.454 | 531.418.908 | 99.9999247298 | 99,9999247298 | 99,9999247298 | 99,9999247298 |
| Prefeitura Municipal de Estrela | 5 | 5 | 10 | 0,00000188175 | 0,00000188175 | 0,00000188175 | 0,00000188175 |
| Prefeitura Municipal de Carazinho | 3 | 3 | 6 | 0,00000112905 | 0,00000112905 | 0,00000112905 | 0,00000112905 |
| Prefeitura Municipal de São Marcos | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prefeitura Municipal de Muçum | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prefeitura Municipal de Rosário do Sul | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prefeitura Municipal de Lajeado | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prefeitura Municipal de Quaraí | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| Prefeitura Municipal de Cerro Largo | 2 | 2 | 4 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 | 0,00000075270 |
| | 265.709.474 | 265.709.474 | 531.418.948 | 100,00000000000 | 100,00000000000 | 100,00000000000 | 100,00000000000 |

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2014 monta R\$78.557 (R\$87.738 em 31 de dezembro de 2013) líquida de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período findo em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$9.180, líquido dos efeitos tributários (R\$1.221 em 31 de dezembro de 2013).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$311.036, líquidas dos efeitos de créditos tributários (R\$ 255.756 em 31 de dezembro de 2013).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme demonstra a seguir:

| | 2014 | 2013 |
|---|----------|---------|
| Lucro líquido do exercício | 232.753 | 167.451 |
| (-) Reserva legal (5%) | (11.637) | (8.372) |
| Base de cálculo para dividendos | 221.116 | 159.079 |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%) | 55.278 | 39.770 |
| Juros sobre capital próprio imputado ao dividendo | 52.508 | 49.381 |
| Dividendo mínimo | 2.770 | - |
| Total | 55.278 | 49.381 |
| | 25% | 31% |

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76. Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são, conforme demonstrado a seguir:

| Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio | Total Dividendos | JSCP – valor líquido | Dividendo mínimo |
|--|------------------|----------------------|------------------|
| Ações Ordinárias | 26.323 | 25.004 | 1.319 |
| Ações Preferenciais | 28.955 | 27.504 | 1.451 |
| Total | 55.278 | 52.508 | 2.770 |

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$52.508 (R\$49.381 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$17.853 (R\$16.790 em 31 de dezembro de 2013) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF).

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva/ de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A administração propõe, sujeito a aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$174.006 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados. Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$40.053, totalizando em 31 de dezembro de 2014 R\$ 101.797 (R\$61.744 em 31 de dezembro de 2013), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU. Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------|------------|
| Contas de água e esgoto - Saldo a receber | 5.072 | 15.523 |
| Aplicações no caixa único do Estado | 137 | 4 |
| Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado | (83.668) | (78.384) |

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

b.1) Contratos de dívidas

| Composição da Dívida | Indexador | Taxa de juros | Último vencimento | Circulante | | Não circulante | |
|----------------------|-------------------------------|---------------|-------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Contrato 1298 | INPC | 6% a.a | 31/03/18 | 3.183 | 2.935 | 6.036 | 8.089 |
| Contrato 122001 | Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI | 6% a.a | 21/12/20 | 16.659 | 15.641 | 66.630 | 74.048 |
| Contrato 122005 | (*) | | 01/12/18 | 4.104 | 3.071 | 38.581 | 36.338 |
| TAC | INPC | 6% a.a. | 31/12/18 | - | - | 28.688 | 0 |
| | | | | 23.946 | 21.647 | 139.935 | 118.475 |

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2014, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| Ano | Valor |
|------|----------------|
| 2016 | 36.267 |
| 2017 | 36.267 |
| 2018 | 34.255 |
| 2019 | 20.723 |
| 2020 | 12.423 |
| | 139.935 |

b.2) Contas a pagar – Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 16), no montante de R\$2.769, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$4.306 (R\$5.910 em 31 de dezembro de 2013).

23. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Serviços de abastecimento de água | 1.866.420 | 1.663.449 |
| Serviços de esgoto | 111.991 | 96.553 |
| Outras receitas de serviços prestados | 31.292 | 3.214 |
| Receitas de construção | 192.398 | 214.026 |
| Impostos sobre receita serviços | (186.931) | (165.027) |
| | 2.015.170 | 1.812.215 |

24. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

| Despesas por natureza | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------------|------------------|
| Pessoal | 768.913 | 692.294 |
| Materiais | 66.429 | 86.039 |
| Energia elétrica | 131.108 | 104.733 |
| Serviços de terceiros | 230.104 | 183.388 |
| Gerais | 117.302 | 125.508 |
| Depreciações e amortizações | 77.463 | 82.348 |
| Provisões | 139.875 | 99.780 |
| Custos de construção | 185.369 | 205.784 |
| Outras receitas/despesas operacionais | 1.585 | 3.580 |
| | 1.718.148 | 1.585.454 |
| Classificados como: | | |
| Custos dos serviços | 1.190.214 | 1.126.819 |
| Despesas comerciais | 68.933 | 53.097 |
| Despesas administrativas | 457.416 | 401.958 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 1.585 | 3.580 |
| | 1.718.148 | 1.585.454 |

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|----------------|
| Receitas financeiras | 77.037 | 55.338 |
| Acrescimos por inadimplementos | 23.738 | 21.901 |
| Variações monetárias ativas | 9.602 | 12.870 |
| Receitas financeiras pela realização de AVP | 21.201 | 8.074 |
| Variações cambiais ativas | 6.137 | 6.561 |
| Outras receitas financeiras | 16.359 | 5.932 |
| Despesas financeiras | (54.638) | (59.435) |
| Juros e taxas sobre financiamentos | (4.908) | (8.032) |
| Juros e taxas sobre outras obrigações | (11.600) | (10.821) |
| Variações monetárias passivas | (25.228) | (26.033) |
| Variações cambiais passivas | (12.902) | (14.549) |
| Resultado financeiro líquido | 22.399 | (4.097) |

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Calds Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• **Caixa e equivalentes de caixa** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.

• **Aplicações financeiras** – referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2013) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.

• **Contas a receber** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.

• **Ativos financeiros** – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados.

• **Contas a pagar** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável.

• **Empréstimos e financiamentos e debêntures** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

• **Dívidas com a Fundação CORSAN** – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 22.b.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.9.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de Riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

| | Projeção incluindo juros futuros | | | |
|------------------------------|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Total |
| Empréstimos e financiamentos | 43.547 | 123.878 | 248.966 | 416.391 |
| Debêntures | 8.728 | 25.350 | 20.538 | 54.616 |
| Fornecedores | 101.988 | - | - | 101.988 |
| Dívidas com Fundação Corsan | 25.590 | 111.906 | 34.704 | 172.200 |
| | 179.853 | 261.134 | 304.208 | 745.195 |

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2014 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

| Operação | Risco | (perdas) / ganhos financeiros | | | | | |
|-------------|----------|-------------------------------|------------|---------------|------------------|-----------------|-----------------|
| | | 2014 | Queda 25% | Queda 50% | Cenário Provável | Aumento 25% | Aumento 50% |
| Empréstimos | TR | (140.090) | (1.177) | (981) | (1.471) | (1.839) | (2.206) |
| Empréstimos | TJLP | (193.602) | (7.744) | (6.453) | (9.680) | (12.100) | (14.520) |
| Empréstimos | US Dólar | (59.296) | 11.859 | 19.765 | - | (14.824) | (29.648) |
| Debêntures | TJLP | (53.588) | (2.144) | (1.786) | (2.679) | (3.349) | (4.019) |
| | | (446.576) | 795 | 10.546 | (13.831) | (32.112) | (50.395) |
| Indexador | TR / UPR | | 0,84 | 0,70 | 1,05* | 1,31 | 1,58 |
| | TJLP | | 4,00 | 3,33 | 5,00** | 6,25 | 7,50 |
| | US Dólar | 2,8 | 2,24 | 1,87 | 2,80*** | 3,50 | 4,20 |

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

*** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

| | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------------------------|------|------------|------------|
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 392.988 | 340.687 |
| Debêntures | 15 | 53.588 | 37.121 |
| Fornecedores | 16 | 101.988 | 123.079 |
| Dívida Funcorsan | 22.b | 163.881 | 140.122 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 5 | (126.677) | (35.467) |
| (-) Aplicações financeiras | 5 | (41.184) | (23.413) |
| Dívida líquida | | 544.584 | 582.129 |
| Patrimônio | | 1.300.078 | 1.137.830 |
| Capital social e dívida líquida | | 1.844.662 | 1.719.959 |
| Quociente de alavancagem | | 29,52% | 33,85% |

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.

DIRETORIA

Flavio Ferreira Presser
Diretor Presidente
CPF nº 192.190.830-00

Marcus Vinicius Vieira de Almeida
Diretor Administrativo
CPF nº 000.625.630-92

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF nº 149.304.120-72

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações
CPF nº 414.119.780-72

Antonio Gomes
Diretor Técnico
CPF nº 266.196.100-30

Luciano Eli Martin
Diretor Comercial
CPF nº 375.607.350-53

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão
CPF nº 198.669.250-72

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7
CPF nº 911.643.110-34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 28 de abril de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2014, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificada que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2014, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em Abril de 2015, contempla o pagamento sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (25% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 55.278 mil, que deduzido o valor de R\$ 52.508 mil, correspondente ao valor de juros sobre o capital próprio, já líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte, corresponde a uma proposta de dividendos de R\$ 2.770 mil, assim demonstrada por ação, R\$ 0,09907 por ação ordinária e R\$ 0,10897 por ação preferencial. Os dividendos, na forma acima identificada, deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme disposição legal contida na Lei 6404/76. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa Ernst & Young Terco e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 28 de Abril de 2015.

ROQUE JOSE COIMBRA WERLAN

FRANCISCO JORGE VICENTE

VALMOR JOSÉ GRIEBELER

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e quatorze, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 28 de abril de 2015.

GERSON BURMANN
Presidente do Conselho

FLAVIO FERREIRA PRESSER
Conselheiro
VALMOR LUIS KRYSZCZUN
Conselheiro

SILVÉRIO MIRANDA NETO
Conselheiro
LUIS FERNANDO SCHMIDT
Conselheiro